DOI 10.5216/ia.v51i1.84265

A RESISTÊNCIA EDITORIAL DA REVISTA INTER-AÇÃO FRENTE AOS DESAFIOS EDUCACIONAIS NA GESTÃO FEDERAL (2019–2022)

FRANCISCO DE PAULO D'AVILA JÚNIOR
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória e a atuação da *Revista Inter-Ação*, vinculada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG, como forma de resistência editorial diante dos retrocessos educacionais ocorridos na gestão federal (2019–2022). A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada na análise de conteúdo temática proposta por Laurence Bardin, examina os editoriais publicados no período, identificando duas categorias centrais: (1) Práticas de resistência e denúncia e (2) Educação para a justiça social. Os resultados reafirmam o papel histórico da Revista Inter-Ação como espaço de produção crítica, defesa da educação pública e promoção de um pensamento pedagógico comprometido com a democracia e com a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Revista Inter-Ação; Resistência; Editorial.

INTRODUÇÃO

A Revista Inter-Ação, vinculada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFG), foi fundada em 1975, em pleno período da ditadura militar,

> e nos seus primeiros vinte anos teve publicações trimestrais, semestrais e anuais. Em 1995, foi publicado um número de comemoração da Revista e, a partir desse ano, a publicação se tornou anual, mantendo-se no formato impresso. Em 2000, o periódico passou a ser publicado semestralmente, atendendo à demanda de artigos enviados aos editores. A mudança no formato do periódico também se deu com a criação de números temáticos, em que, a cada edição, um tema era reunido com artigos que se conectam. (Barros; Medeiros; Oliveiras, 2024, p. 7).

Atualmente publicada em formato on-line e com periodicidade quadrimestral, a revista organiza-se, em geral, em torno de um dossiê temático, composto por quatro ou mais artigos que discutem uma mesma temática previamente definida, seguido de uma seção de artigos livres, destinada a temáticas variadas. O periódico está indexado em diversas bases de dados nacionais e internacionais, como *Redalyc, Edubase, Iresie* e outras de grande relevância acadêmica, o que amplia sua visibilidade e alcance. Avaliada como A2 pelo Qualis/CAPES (2021–2024), ao longo de suas cinco décadas de trajetória a publicação consolidou-se como uma referência na difusão de debates educacionais, afirmando-se como um importante espaço de reflexão crítica e de produção de conhecimento sobre a educação no Brasil.

Desde sua origem, na ditadura militar (1964-1985), a Revista Inter-Ação consolidou-se como espaço crítico em momentos decisivos da história. Esse compromisso foi renovado durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), com a defesa firme da educação pública e da ciência. Exemplo disso é o editorial do v. 46, n. 1 (2021), assinado pelas integrantes da equipe editorial Diane Valdez e Miriam Fábia Alves, e situado no contexto da pandemia de COVID-19. Naquele momento, a urgência da situação foi manifestada pelas autoras por meio dos números da pandemia: "Estamos em abril de 2021, um outono que apresenta a desesperadora marca de mais de trezentas e sessenta mil mortes no Brasil, país que lidera, no mundo, o número de mortes diárias por Covid-19" (Valdez; Alves, 2021, n.p.). Inserido em um cenário de profunda instabilidade social e política, marcado pelos impactos da pandemia de Covid-19 e pelo avanço de discursos autoritários e antidemocráticos, o editorial assumiu um posicionamento crítico e propositivo:

> Esperamos que nossas armas/estratégias para enfrentar as duras situações em que vivemos, sejam o conhecimento científico, a lucidez, a luta e o enfrentamento contínuo na conquista de direitos que nos foram retirados. Defender o acesso ao conhecimento é uma das formas de nos opor ao momento dolorido, violento antidemocrático e excludente em que vivemos. Nos solidarizamos com as perdas humanas pelo Covid-19 e nos juntamos na coragem da coletividade para os enfrentamentos necessários! (Valdez; Alves, 2021, n.p.).

A atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia revelou apenas a ponta de um quadro mais amplo de retrocessos na educação brasileira. Para além da ineficiência, destacaram-se medidas que comprometeram a universalidade, a equidade e a qualidade da educação pública, como a proposição do ensino domiciliar e a redução de investimentos em ciência, tecnologia e pesquisa. À luz desse contexto, a Revista Inter-Ação manteve uma atuação ativa, reafirmando a produção editorial como forma de resistência política e intelectual.

Este estudo propõe-se a analisar os editoriais e textos de apresentação da Revista Inter-Ação publicados entre 2019 e 2022, com o objetivo de compreender de que forma a produção editorial reagiu aos desafios impostos pelas políticas educacionais desse período. Para isso, realizou-se uma contextualização histórica sobre as medidas adotadas na gestão Bolsonaro e uma análise de conteúdo temática dos dossiês, conforme Laurence Bardin (2016), permitindo identificar os sentidos, valores e estratégias discursivas mobilizadas pela revista para enfrentar retrocessos, defender a educação democrática e valorizar a produção de conhecimento crítico.

A presente investigação revela-se particularmente relevante no campo da Educação, por compreender a produção editorial acadêmica como um espaço de resistência intelectual e política frente ao avanço de pautas conservadoras e neoliberais. A análise da Revista Inter-Ação sob essa perspectiva permite ampliar a compreensão sobre o papel social das revistas científicas, evidenciando sua atuação tanto na difusão do conhecimento quanto como instância crítica de mediação entre a produção

acadêmica e as disputas por sentido que atravessam o campo educacional. Dessa forma, a pesquisa contribui para o fortalecimento das discussões sobre o compromisso ético e político das práticas editoriais na consolidação de uma educação democrática e emancipatória.

O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa estabelece um recorte temporal compreendido entre 2019 e 2022, correspondente ao período de governo de Jair Messias Bolsonaro, marcado por intensos retrocessos no campo educacional. Nesse contexto, as revistas acadêmicas assumiram um papel central na manutenção do debate crítico e na resistência editorial, o que justifica a pertinência da Revista Inter-Ação como objeto de análise. Para sustentar a leitura das publicações da revista, foi realizado um retrospecto histórico desse intervalo temporal, mobilizando fontes acadêmicas, relatórios institucionais, reportagens jornalísticas e documentos públicos. Esse percurso permitiu identificar os marcos discursivos e contextuais que atravessam as edições analisadas, situando os editoriais em relação direta ao cenário de desmonte das políticas públicas de educação.

A presente pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, de natureza descritivo-interpretativa, tendo como método de tratamento dos dados a análise de conteúdo temática conforme delineada por Laurence Bardin. Para a autora, "a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (2016, p. 31). As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três etapas principais: "1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação." (Bardin, 2016, p. 95). Seguindo essas etapas, o percurso metodológico da pesquisa foi cuidadosamente desenvolvido, garantindo consistência e rigor na identificação dos sentidos, valores e estratégias discursivas presentes nos textos analisados.

A etapa de pré-análise, de acordo com a análise de conteúdo, corresponde ao momento de organização e imersão inicial no material empírico. É composta por duas atividades principais: "a) a leitura flutuante- a primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos e preparar-se para conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações iniciais" (Bardin, 2016, p. 96). E também "b) a escolha dos documentos [...] o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos" (Bardin, 2016, p. 96).

O corpus de análise concentra-se nos editoriais/textos de apresentação dos dossiês temáticos publicados no período, não abrangendo a análise parcial ou integral dos artigos que compõem cada número. A opção por privilegiar os editoriais decorre de seu caráter programático e político: são nesses textos que a revista explicita seus posicionamentos editoriais, delineia seu projeto discursivo e torna visíveis as perspectivas teóricas e políticas que orientam sua atuação no campo educacional. A delimitação do material foi guiada pelos quatro princípios de constituição do corpus:

> *Exaustividade:* uma vez definido o campo do corpus, é preciso ter em conta todos os elementos deste corpus. [...] Não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão. *Representatividade:* a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a

> amostra for uma parte representativa do universo inicial. *Homogeneidade*: os documentos retidos devem ser homogêneos, isso é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora desses critérios. *Pertinência:* os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise (Bardin, 2016, p. 126-128).

Nesse sentido, foram reunidos os volumes da Revista Inter-Ação publicados entre 2019 e 2022, totalizando treze números. Em seguida, realizou-se uma leitura flutuante do material, conforme propõe Laurence Bardin, a fim de captar os sentidos gerais e recorrentes das publicações. A partir dessa etapa, delimitou-se o corpus de pesquisa, observando os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência indicados pela autora. Desse conjunto, apenas dois números não foram organizados como dossiês temáticos. Como o estudo analisa os dossiês como estratégia editorial, os dois números sem dossiê foram excluídos do corpus por não atenderem ao critério de homogeneidade.

Concluída a etapa de organização e definição do corpus, a pesquisa avançou para a etapa de exploração do material, momento em que as decisões metodológicas previamente estabelecidas orientaram de maneira sistemática o tratamento do conteúdo selecionado. Para Bardin (2016, p. 96):

> Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Essa fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Essa etapa consistiu na decomposição sistemática dos textos em unidades de registro entendidas como fragmentos significativos de sentido (palavras, expressões ou trechos de maior extensão) que revelam posicionamentos, valores e perspectivas editoriais. Essas unidades foram submetidas a um processo de codificação temática, no qual se buscou identificar regularidades discursivas, analogias e contrastes entre os volumes analisados. As unidades de registro foram agrupadas por similaridade semântica, originando núcleos de sentido que se consolidaram em duas categorias temáticas centrais: (1) Práticas de resistência e denúncia e (2) Educação para a justiça social.

Na terceira etapa, do tratamento dos resultados obtidos e da interpretação, procedeu-se à análise transversal das categorias construídas, relacionando-as com o contexto político-educacional brasileiro e com o papel histórico da Revista Inter-Ação como veículo de resistência intelectual. Nessa fase, o corpus foi relido à luz das categorias definidas, buscando-se compreender os núcleos de significação e suas articulações com as práticas discursivas da revista. Assim, a análise de conteúdo

transcendeu a simples quantificação de temas, alcançando uma compreensão qualitativa dos discursos editoriais, em conformidade com o princípio bardiniano de que o essencial da análise temática é o "realçar de um sentido que se encontra em segundo plano" (Bardin, 2016, p. 41).

RETROCESSOS EDUCACIONAIS NO GOVERNO BOLSONARO (2019–2022)

Desde as eleições de 2014, o Brasil começou a vivenciar uma considerável inflexão conservadora no campo político e social. A composição do Congresso Nacional eleito naquele ano foi considerada a mais conservadora desde a redemocratização, marcando uma reconfiguração das forças parlamentares. Esse cenário abriu espaço para a ascensão de discursos moralizantes e antiprogressistas, que, pouco a pouco, ganharam força nas instituições e na opinião pública.

O enfraquecimento das pautas sociais e educacionais, aliado à crescente criminalização dos movimentos populares, já prenunciava um período de instabilidade política e de erosão democrática. Nesse cenário, a tensão entre os poderes da República e a intensificação da polarização ideológica nas ruas criaram um terreno fértil para o que se consolidaria como o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff e instaurou um governo de orientação liberal-conservadora.O governo provisório de Michel Temer (2016–2018) implementou políticas de caráter neoliberal e reforçou uma agenda conservadora, compondo um processo político que, em 2018, contribuiu para a eleição de Jair Messias Bolsonaro. A ascensão de Bolsonaro em 2019 representou a radicalização dessa guinada conservadora iniciada nos anos anteriores. Seu governo se firmou sob o signo do negacionismo científico, da militarização da gestão pública e do desmonte de políticas educacionais, ambientais e culturais.

Sob Bolsonaro, o desmonte da educação foi sinalizado pela escolha de seu primeiro ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, cujo breve mandato de apenas três meses foi marcado por polêmicas, como a tentativa de fazer alunos lerem uma carta com o *slogan* de campanha de Bolsonaro e a defesa de revisar livros de História para apresentar o golpe de 1964 como um "contragolpe anticomunista". Aliás, a gestão do MEC durante o governo Bolsonaro foi marcada por forte instabilidade administrativa, com sucessivas trocas de ministros e crises internas, incluindo o caso do chamado "gabinete paralelo" de pastores, que atuavam informalmente na intermediação e na liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), culminando, na época, no pedido de demissão do ministro Milton Ribeiro e, posteriormente, na sua prisão.

Do ponto de vista financeiro, a educação enfrentou sucessivos cortes orçamentários que impactaram diretamente o funcionamento das escolas e universidades públicas. Em 29 de março, por meio do Decreto nº 9.741 publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), o governo federal bloqueou quase R$ 30 bilhões do orçamento de 2019. A Educação foi uma das áreas mais afetadas, perdendo cerca de R$ 5,8 bilhões, o que representava aproximadamente um quarto dos recursos inicialmente previstos. Esses cortes se mantiveram ao longo de toda a gestão, manifestando uma política persistente de restrição de recursos para o setor.

Entre as prioridades dos primeiros 100 dias do governo, uma das pautas polêmicas na área educacional foi a tentativa de regulamentação da educação

domiciliar, ou *homeschooling.* A proposta defendida pelo governo federal buscava permitir que crianças e adolescentes fossem instruídos em casa pelos próprios responsáveis, em vez de frequentarem a escola regularmente. Argumentava-se que essa modalidade daria maior liberdade às famílias para definir o currículo e os métodos de ensino. Em abril de 2019, o governo Bolsonaro apresentou o Projeto de Lei nº 2401/2019, que buscava regulamentar a educação domiciliar no Brasil. A proposta recebeu fortes críticas de especialistas, que alertavam para riscos como a fragilização do convívio social, o acesso limitado a conteúdos pedagógicos e o aumento da desigualdade educacional, dependente da formação e dos recursos das famílias.

De acordo com a pesquisadora Clarice Aparecida dos Santos, nos primeiros meses do governo Bolsonaro, "verificou-se a desconstrução dos instrumentos de gestão das políticas com atenção à diversidade, construída com as populações do campo, populações negras, povos indígenas e LGBTQIA+" (Santos, 2020, p. 415). No que se refere à Educação do Campo, houve um forte desmonte institucional e político: programas centrais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), foram enfraquecidos ou tiveram seus convênios encerrados, comprometendo a formação de professores e limitando o acesso à educação para as populações rurais.

> A desconstrução pelas quais passam as políticas públicas de educação, tal como as conhecemos e, em particular, a Educação do Campo, carregam o evidente propósito de eliminar qualquer resquício de resposta do Estado às expectativas dos setores populares organizados na perspectiva de construção das condições de autonomia dos trabalhadores. Trata-se, igualmente, de instituir políticas subalternas à lógica do capital no campo. (Santos, 2020, p. 413).

A militarização das escolas foi outra pauta central durante o governo Bolsonaro, materializada no Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), por meio do Decreto nº 10.004/2019. Entre 2020 e 2022, o governo destinou quase R$ 100 milhões ao programa, implementado no ano de 2019 em 51 escolas e expandido para 216 unidades nos anos seguintes. Em 2023, durante o governo Lula, o programa foi revogado por meio do Decreto nº 11.611/2023. Posteriormente, em 2025, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou que o Brasil revertesse políticas de militarização e proibisse a militarização das escolas públicas brasileiras. Dentre as principais problemáticas desse modelo, conforme reforça o próprio decreto assinado por Bolsonaro,

> em seu Art. 30, inciso II assume que o modelo é guiado na "seleção pelo mérito" e revela esperar de cada discente "condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais". Este critério é altamente excludente e não condiz com uma proposta popular e democrática de escola pública gratuita, universal e de qualidade para todas e todos. (Carvalho; Zientarski; Bragança, 2023, p. 7).

Aliás, Carvalho, Zientarski e Bragança defendem que a investida militarizada sobre a educação, para além dos interesses das elites, "exerce o papel facilitador do vetor de privatização da escola e da finalidade ideológica de contribuir para naturalizar a visão de mundo neoliberal, excludente e darwinista social" (2023, p. 7). Esse processo aprofundou mecanismos de mercantilização e de controle ideológico na educação pública. "A chegada de Bolsonaro ao poder tornou todo o processo iniciado pelo governo Temer mais complexo e enrijeceu, de forma mais acirrada, a agenda neoliberal e ultraconservadora" (Valente; Pereira, 2023, n.p.).

Essa orientação neoliberal também se refletiu nas políticas voltadas à ciência e à tecnologia, marcadas por cortes, desmonte institucional e desvalorização do conhecimento científico. A desvalorização das políticas científicas e tecnológicas se manifestou em cortes orçamentários expressivos para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e universidades federais, além da precarização de programas estratégicos de inovação. Em relação à concessão de bolsas de incentivo à pesquisa durante o governo Bolsonaro, e de acordo com a Lei de Acesso à Informação, houve queda de "17,5% no número de bolsistas contemplados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de 16,2% pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)" (Andes, 2024, n.p.).

A liberdade acadêmica também teve sua autonomia e relevância institucional seriamente comprometida no Brasil, situação que se intensificou durante o governo Bolsonaro. O relatório *A Liberdade Acadêmica está em Risco no Brasil?*, elaborado pelo Observatório do Conhecimento em parceria com o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) e o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade (SBPC), denunciou o avanço de práticas de censura, intimidação e perseguição política a docentes e pesquisadores no Brasil. Elaborado em 2021, o documento evidenciou como a autonomia universitária foi ameaçada por intervenções ideológicas e cortes orçamentários que comprometeram o livre exercício da pesquisa e do pensamento crítico. Das 1.116 pessoas que participaram da pesquisa, de todas as regiões do Brasil: "[...] 35,3% declararam já ter limitado aspectos das próprias pesquisas e 42,5% o conteúdo das próprias aulas em razão de recentes retaliações ou de alguma consequência negativa" (Observatório, 2022, n.p.).

Considerando essa conjuntura de desmonte institucional, censura e perseguição ao pensamento crítico, a produção científica e educacional brasileira foi compelida a reinventar seus espaços de resistência. As revistas acadêmicas, em especial aquelas vinculadas a programas de pós-graduação públicos, tornaram-se trincheiras de defesa da liberdade intelectual e da educação democrática. Nesse contexto adverso, a Revista Inter-Ação assinalou-se como um exemplo de resistência editorial, assumindo o compromisso de preservar a reflexão crítica e reafirmando a pesquisa como prática política e ética.

A RESISTÊNCIA EDITORIAL DA REVISTA INTER-AÇÃO

Para avançarmos no estudo, primeiramente, é necessário explicitar a perspectiva que orienta nossa compreensão sobre o que se entende por resistência editorial. Neste estudo, tal resistência é observada sob duas dimensões

complementares: a primeira diz respeito à própria continuidade das publicações em meio às adversidades políticas e institucionais; a segunda, ao teor crítico dos editoriais que introduzem e colocam em circulação os dossiês, reafirmando princípios éticos, democráticos e epistemológicos diante de um contexto de retrocessos.

Em 14 de junho de 2021, diversas entidades científicas brasileiras divulgaram um manifesto conjunto denunciando a grave situação dos periódicos científicos no país. No documento, as entidades relataram ter "conhecimento de que diversas revistas científicas nacionais estão sofrendo sérias restrições com a falta de financiamento e até paralisando suas atividades" (Manifesto sobre periódicos científicos, 2021, n.p.). De acordo com o manifesto, a situação decorre da não realização dos "editais de financiamento para a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento, pelas agências de fomento CNPq e CAPES" (Manifesto sobre periódicos científicos, 2021, n.p.).

Em perspectiva semelhante, no editorial da *Revista Estudos Feministas*, Cristina Wolff, Luzinete Minella, Mara Lago e Tânia Ramos, ao comentarem o cenário dos periódicos científicos durante o governo Bolsonaro, constatam que,

> [...] o que vemos acontecendo com as revistas científicas brasileiras não é obra do acaso ou da crise econômica, ou mesmo de negligência. É uma política, propositada, e vinculada a uma concepção que pretende deslegitimar a ciência e a universidade. [...] Assim, continuar publicando [...] tornou-se um ato de resistência e de rebeldia. Com intenso trabalho voluntário das editoras e pareceristas [...] Editar a revista com conteúdo científico [...] tornou-se algo que vai muito além de nosso trabalho acadêmico, mas que tem um forte sentido político no contexto em que estamos vivendo (2021, p. 02).

De modo análogo, a Revista Inter-Ação também revela, desde seus primeiros editoriais, a consciência de que a continuidade das publicações é, em si, um gesto de resistência. No editorial do primeiro número disponível em sua plataforma (v. 11, n. 1/2, 1987), a equipe editorial expressava como uma de suas metas "a atualização de sua periodicidade, garantia inclusive de sua própria sobrevivência, já que não se pode conceber um periódico aperiódico" (Burgarelli, 2014, n.p.). Entre 2019 e 2022, observa-se a manutenção desse compromisso, com a publicação de treze volumes e cento e noventa e um artigos (somando dossiês e outros artigos), mantendo regularidade e constância mesmo em um contexto nacional de forte instabilidade política e de desmonte das políticas educacionais.

Tão importante quanto a periodicidade são os princípios estabelecidos em cada editorial, alinhados à defesa de uma educação de qualidade e a valores democráticos, que orientam a produção e circulação do conhecimento na revista. O percurso da Revista Inter-Ação durante a gestão Bolsonaro pode ser lido como um marco de resistência, que atravessou um dos períodos mais críticos da educação brasileira. Para compreender a densidade desse percurso, é significativo retornar ao último dossiê publicado nesse período, no volume 47, n. 3, set./dez., 2022. Nas "Palavras das Editoras",

escritas já após o resultado das eleições que derrotaram Bolsonaro, encontra-se um registro que sintetiza o sentimento de um tempo e o compromisso da revista com a defesa da educação:

> O ano de 2022 foi um ano muito intenso e desafiador, em que pese comemorarmos o bicentenário da nossa independência, aprendemos que ainda há muito a conquistar para garantir que o Brasil seja de fato um país justo, soberano e independente. As eleições gerais, realizadas em outubro, nos deram o panorama dos desafios a serem enfrentados para combater a fome, a miséria, as falsas notícias, o autoritarismo, o negacionismo, os desmontes promovidos por um governo que cortou investimentos em educação, em pesquisa e nas universidades. (Alves; Moraes, 2022, n.p.).

O pronunciamento das editoras, publicado nos últimos meses da gestão Bolsonaro, marcou o encerramento de uma etapa histórica. Neste texto, ele será tomado como ponto de partida para a análise que se segue: uma leitura de como a revista, ao longo de onze dossiês, manteve sua coerência ética, política e acadêmica frente aos desmontes promovidos pela gestão federal.

Para organizar o estudo, elaboramos uma tabela que apresenta, para cada edição da Revista Inter-Ação, o ano de publicação, o título do dossiê, o número de artigos que o compõem e a quantidade de textos publicados em fluxo contínuo. Como se observa na Tabela 1, dos treze volumes publicados nesse período, apenas onze apresentam dossiês temáticos; são esses os volumes considerados para o estudo subsequente.

Tabela1- Dossiês publicados pela Revista Inter-Ação no período 2019-2022.

Ano	Volume	Dossiê	Nº de artigos no dossiê	Nº de artigos em fluxo contínuo
2019	v. 44 n. 1	Pobreza, desigualdades e educação: novas concepções ou velhos dilemas?	10	6
2019	v. 44 n. 2	Religião e Estado: confrontos na História da Educação.	11	6
2019	v. 44 n. 3	Reflexões sobre os 50 anos de estágio na intersecção entre universidade e escola campo.	12	6
2020	v. 45 n. 1	Neoliberalismo e Educação: ameaças à escolarização pública e democrática.	12	5
2020	v. 45 n. 2	O Financiamento da Educação no Brasil pós golpe de 2016.	12	8
2020	v. 45 n. 3	Educação Superior, Produção do Conhecimento e Globalização.	14	16
2021	v. 46 n. 1.	Sem dossiê.	-	25

Continua...

2021	v. 46 n. 2	Educação, infância e processos (i) migratórios internacionais no Brasil entre os séculos XIX a XXI.	20	7
2021	v. 46 n. ed.especial	Paulo Freire – 100 anos: faces de uma práxis humanizadora.	26	1
2021	v. 46 n. 3	Pedagogias Negras: práticas políticas, epistemologias e práxis.	13	9
2022	v. 47 n. 1.	Sem dossiê.	-	24
2022	v. 47 n. 2	O direito à Educação do Campo: trajetórias de lutas, resistências e desafios.	20	10
2022	v. 47 n. 3	Conferência Nacional Popular de Educação e a Democratização das Políticas Educacionais: sujeitos, processos e proposições.	6	19

Fonte: Revista Inter-Ação (2019-2022). Elaborada pelo autor.

A leitura dos textos permitiu identificar núcleos de sentido recorrentes, que foram agrupados em duas categorias: (1) Práticas de resistência e denúncia e (2) Educação para a justiça social. A primeira reúne códigos que expressam enfrentamentos políticos, pedagógicos e epistemológicos, como *resistência*, *desigualdade*, *conflito/confronto*, *democracia*, *neoliberalismo na educação*, *debate/diálogo* e *reflexão/pensamento crítico*; já a segunda abarca temas relacionados à promoção da justiça social e dos direitos fundamentais, como *cidadania*, *inclusão*, *direitos humanos*, *discriminação*, *diversidade*, *pobreza e exclusão*, e *direito à educação*. Cada código foi quantificado em todos os dossiês, permitindo visualizar recorrências temáticas e ênfases discursivas. A Tabela 2 apresenta as categorias temáticas, os códigos identificados, a frequência absoluta e a frequência percentual:

Tabela 2: Categorização e frequência dos códigos temáticos dos editoriais analisados.

Categoria temática	**Códigos temáticos principais**	**Frequência de ocorrência**	
		Frequência absoluta (n)	**Frequência percentual %**
Práticas de Resistência e Denúncia	Neoliberalismo na Educação	58	20,71%
	Democracia	48	17,13%
	Reflexão/Pensamento Crítico	48	17,13%
	Debate/Diálogo	42	15,00%
	Desigualdade	34	12,14%
	Resistência	25	8,93%
	Conflito/Confronto	13	4,64%

Continua...

Educação para a justiça social	Pobreza e Exclusão	31	11,07%
	Direitos Humanos	29	10,36%
	Direito à Educação	27	9,64%
	Diversidade	12	4,29%
	Cidadania	11	3,93%
	Discriminação	8	2,86%
	Inclusão	8	2,86%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira categoria concentrou 74,64% das ocorrências, o que indica uma forte presença de discursos e reflexões voltadas à crítica, à contestação e à defesa da escola pública diante dos desafios contemporâneos. A ênfase nos códigos neoliberalismo na educação (20,71%) e democracia (17,13%) revela uma preocupação constante com os impactos das políticas econômicas neoliberais sobre o campo educacional e com a necessidade de fortalecer processos democráticos no âmbito da formação docente e das políticas públicas. Além disso, a presença expressiva de reflexão/pensamento crítico (17,13%) e debate/diálogo (15,00%) sugere que as produções analisadas compreendem a resistência não apenas como enfrentamento político, mas também como prática dialógica e pedagógica.

Outros códigos da mesma categoria, como desigualdade (12,14%), resistência (8,93%) e conflito/confronto (4,64%), reforçam a leitura de que a resistência, nas produções investigadas, está fortemente relacionada à denúncia das desigualdades históricas e estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro. Esses resultados indicam que os discursos educacionais contemporâneos se organizam em torno de uma tensão entre a crítica ao modelo vigente e a proposição de práticas transformadoras que reafirmam o papel social da educação.

Já a categoria Educação para a Justiça Social, com 25,36% das ocorrências, evidencia o compromisso das produções com valores éticos e humanistas, centrados na promoção da equidade e dos direitos fundamentais. O destaque para os códigos pobreza e exclusão (11,07%), direitos humanos (10,36%) e direito à educação (9,64%) demonstra uma clara preocupação em discutir a educação como direito e em denunciar os mecanismos que perpetuam a marginalização e o não acesso. Também se observam menções significativas a diversidade (4,29%), cidadania (3,93%), inclusão (2,86%) e discriminação (2,86%), o que amplia o campo semântico da justiça social para além da dimensão econômica, abarcando questões de diferença, pertencimento e reconhecimento.

De modo geral, o conjunto dos dados revela que as publicações analisadas articulam resistência e justiça social como dimensões complementares: a resistência aparece como ação crítica diante das estruturas de poder que produzem exclusões, enquanto a justiça social surge como horizonte ético e político das práticas educativas. Essa correlação indica que a luta pela democratização da educação e pela equidade social constitui o eixo central das discussões, reafirmando o papel da escola como espaço de formação crítica e de transformação social.

Os títulos dos dossiês analisados revelam uma forte coerência com as categorias construídas, refletindo um panorama de preocupações contemporâneas no campo da educação. Dossiês como *Religião e Estado: confrontos na História da Educação* e *Neoliberalismo e Educação: ameaças à escolarização pública e democrática* demonstram

o interesse em discutir as tensões entre o poder político, o econômico e o papel formador da escola pública. Neles, predominam os códigos ligados à resistência, democracia e neoliberalismo, sugerindo um esforço das produções em compreender a educação como território de embate ideológico e social. Já *O Financiamento da Educação no Brasil pós-golpe de 2016* e *Educação Superior, Produção do Conhecimento e Globalização* ampliam esse debate ao discutir os efeitos das políticas econômicas e do contexto global sobre a democratização do ensino, articulando crítica social e defesa do direito à educação.

Outros dossiês se aproximam da dimensão da educação para a justiça social, com destaque para *Pobreza, desigualdades e educação: novas concepções ou velhos dilemas?* E para *O direito à Educação do Campo: trajetórias de lutas, resistências e desafios*. Nessas produções, os códigos mais recorrentes são pobreza e exclusão, direitos humanos e direito à educação, o que evidencia o compromisso das publicações com as lutas por equidade, reconhecimento e acesso a oportunidades educacionais em contextos vulnerabilizados. O enfoque em populações marginalizadas, como comunidades rurais e grupos historicamente discriminados, contribui para compreender a justiça social para além do plano teórico, evidenciando sua dimensão prática e sua urgência política.

Por sua vez, os dossiês *Pedagogias Negras: práticas políticas, epistemologias e práxis* e *Educação, infância e processos (i)migratórios internacionais no Brasil entre os séculos XIX e XXI* mobilizam temas associados à diversidade, discriminação e cidadania, expandindo o debate para a valorização das identidades e das epistemologias subalternizadas. As discussões presentes nesses volumes conectam-se à segunda categoria analítica ao problematizar as relações entre educação, diferença e pertencimento, confirmando o papel das pedagogias críticas e interculturais na superação das desigualdades raciais, étnicas e culturais.

Em 2019, o então presidente Jair Bolsonaro atacou a figura de Paulo Freire, chegando a chamá-lo de "energúmeno", em um gesto que simbolizava a ofensiva contra a educação democrática. Dois anos depois, em 2021, a revista reafirmava a centralidade do legado freireano por meio do dossiê *Paulo Freire – 100 anos: faces de uma práxis humanizadora*, configurando um gesto de resistência intelectual e política. Já *Reflexões sobre os 50 anos de estágio na intersecção entre universidade e escola campo* e *Conferência Nacional Popular de Educação e a Democratização das Políticas Educacionais* reforçam a perspectiva da formação docente crítica e participativa, manifestando a importância do estágio, do debate e da construção coletiva de políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos editoriais publicados entre 2019 e 2022 indica que a Revista Inter-Ação desempenhou um papel consistente de resistência diante dos retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro à educação e à ciência. Mesmo em um contexto marcado por adversidades, o periódico manteve sua periodicidade, ampliou a

diversidade temática de seus dossiês e reafirmou o compromisso com a produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido.

Os resultados evidenciam que essa resistência assumiu dimensões simultaneamente políticas e epistemológicas. A análise temática dos editoriais revelou uma coerência discursiva sustentada ao longo dos onze dossiês examinados, indicando a capacidade da revista de articular vozes plurais e de manter viva a herança freireana em um período marcado pelo avanço do autoritarismo e do negacionismo científico. Assim, ao longo dos editoriais analisados, observa-se a reafirmação do compromisso histórico da Faculdade de Educação da UFG com uma perspectiva pedagógica emancipatória. Nesse sentido, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre o papel político das revistas científicas na defesa da educação pública em contextos de crise democrática.

Artigo recebido em: 24/10/2025
Aprovado para publicação em: 09/03/2026

THE EDITORIAL RESISTANCE OF THE INTER-AÇÃO JOURNAL IN THE FACE OF EDUCATIONAL CHALLENGES UNDER THE FEDERAL ADMINISTRATION (2019–2022)

ABSTRACT: This article analyzes the trajectory and role of Revista Inter-Ação, linked to the Faculty of Education at the Federal University of Goiás (UFG) and its Graduate Program in Education, as a form of editorial resistance to the educational setbacks that occurred during the federal administration (2019–2022). The research, basedon a qualitative approach and grounded in the thematic content analysis proposed by Laurence Bardin (2016), examines the editorials published during this period, identifying two central categories: (1) Practices of resistance and denunciation and (2) Education for social justice. The results reaffirm the historical role of Revista Inter-Ação as a space for critical production, the defense of public education, and the promotion of pedagogical thought committed to democracy and social transformation.

KEYWORDS: Education; Revista Inter-Ação; Resistance; Editorial.

LA RESISTENCIA EDITORIAL DE LA REVISTA INTER-AÇÃO FRENTE A LOS DESAFÍOS EDUCATIVOS EN LA GESTIÓN FEDERAL (2019–2022)

RESUMEN: Este artículo analiza la trayectoria y la actuación de la Revista Inter-Ação, vinculada a la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Goiás (UFG) y a su Programa de Posgrado en Educación, como forma de resistencia editorial frente a los retrocesos educativos ocurridos durante la gestión federal (2019–2022). La investigación, de enfoque cualitativo y fundamentada en el análisis dencontenido temático propuesto por Laurence Bardin (2016), examina los editoriales publicados em el período, identificando dos categorías centrales: (1) Prácticas de resistencia y denuncia y (2) Educación para la justicia social. Los resultados reafirman el papel histórico de la Revista Inter-Ação como espacio de producción crítica, defensa de la educación pública y promoción de un pensamiento pedagógico comprometido con la democracia y la transformación social.

PALABRAS CLAVE: Educación; Revista Inter-Ação; Resistencia. Editorial.

REFERÊNCIAS

ALVES, M F.; MORAES, K. (ed.). Expediente, Ficha Catalográfica, Apresentação. **Revista Inter-Ação,** v. 47, n. 3, p. 1-3, 2022. Disponível em:https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74922/39316. Acesso em: 10 out. 2025.

ANDES-SN. **Número de bolsas para pesquisas científicas cai 17,5% na gestão de Jair Bolsonaro.** ANDES, 28 abr. 2022. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/numero-de-bolsas-para-pesquisas-cientificas-cai-17-5-na-gestao-de-jair-bolsonaro1. Acesso em: 28 set. 2025.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS; ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS; ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA; SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Manifestação sobre a situação dos periódicos científicos brasileiros.** São Paulo; Rio de Janeiro, 10 jun. 2021. Disponível em:https://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2021/06/MANIFESTA%C3%87%C3%83O-SOBRE-A-SITUA%C3%87%C3%83O-DOS-PERI%C3%93DICOS-CIENT%C3%8DFICOS-BRASILEIROS.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, F.; MEDEIROS, C. R.; OLIVEIRA, A. W. A história da educação na Revista INTER-AÇÃO da faculdade de educação da UFG: 1975 a 2024. **Rev. Educação e Fronteiras,** Dourados, v. 14, n. esp. 2, e024018, 2024. e-ISSN: 2237-258X. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/19704. Acesso em: 29 set. 2025.
BURGARELLI, C. G. (ed.). Editorial. **RevistaInter-Ação**, v. 11, n. 1/2, p. 1-3, jan./dez. 1987. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/29111/16193. Acesso em:15 out. 2025.

CARVALHO, A. d. A. P. de; ZIENTARSKI, C.; BRAGANÇA, S. Z.de. Escolas cívico-militares: expressão da negligência estatal e vetor de privatização da educação pública. **Contexto & Educação,** [S.l.], v. 34, n. 2, p. 1-20, 2025. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12117/7439. Acesso em: 15 out. 2025.

FERNANDES, L. I.; FERREIRA, C. A. O movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. **Humanidades em Diálogo**, v. 10, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/humanidades/article/view/159234/170438. Acesso em: 20 out. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO; CENTRO DE ANÁLISE DA LIBERDADE E DO AUTORITARISMO; OBSERVATÓRIO PESQUISA, CIÊNCIA E LIBERDADE. **Pesquisa Nacional:** A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?. Rio de Janeiro: Observatório do Conhecimento, 2022. Relatório. Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1UuW17a8ZTcXL_KdinbcETQTxMSAygrmC/view. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, C. A. dos. Educação do Campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 393-425, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.11926. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/11926/pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil.In: KRAWCZYK, N. LOMBARDU, J. C. Uberlândia (org.). **O Golpe de 2016 e a educação no Brasil.**Navegando Publicações, 2018. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016eaeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil_book-3.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

VALDEZ, D.; ALVES, M. F.(ed.). Expediente, Ficha Catalográfica, Apresentação (v. 46 n. 1). **Revista Inter-Ação,** v. 46, n. 1, p. 1-3, 2021. Disponível em:https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68660. Acesso em: 11 out. 2025.

VALENTE, L. de F.; PEREIRA, M. A. L. Políticas para a educação básica no Brasil em tempos de retrocessos democráticos: a desconstrução da agenda no governo de Jair Bolsonaro. **Revista Educação**, v. 48, n. 3, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/70211/61505. Acesso em: 15 out. 2025.

WOLFF, C. S.; MINELLA, L. S.; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. Publicação científica como resistência feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 29(2), 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/z6rCmGjPvMTfp4YmXdCBHfS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 out. 2025.

FRANCISCO DE PAULO D'AVILA JÚNIOR: Doutorando em Educação (UFPR). Mestre em Artes (UFMG). Bolsista CAPES-PROEX 2024-2028.
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2140-1674
E-mail: davilafrancesco@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution* 4.0, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).